

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O atestado médico de incapacidade multiuso é um elemento essencial e indispensável para acesso às prestações sociais, assim como para requerer os apoios e os benefícios fiscais. Contudo, as dificuldades identificadas na obtenção deste documento essencial para muitas pessoas, foram fortemente agravadas desde o início da pandemia COVID-19.

Os enormes tempos de espera para a efetivação das juntas médicas está a tornar-se desesperante para muitos requerentes.

Ora, sem o atestado médico de incapacidade multiuso os beneficiários das prestações sociais ficam impossibilitados de aceder às referidas prestações e portanto, ficam totalmente desprotegidos.

A 5 de março de 2020, o Grupo Parlamentar do PSD questionou a Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no sentido de saber para quando a resolução dos atrasos na obtenção dos atestados médicos de incapacidade multiuso.

Porém, passado quase um ano desde o início da pandemia e passado quase um ano sobre a Pergunta à Sra. Ministra, ao Grupo Parlamentar do PSD (sem resposta) sucedem-se queixas de quem continua na impossibilidade de obter as prestações sociais benefícios fiscais a que tem direito.

Acresce que, o regime excecional previsto nos nºs 11º e 12º, do artigo 5º, do Decreto- Lei 10-A/2020, de 13 de março, que prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiuso, para efeitos de benefícios sociais, económicos e fiscais, até 31 de dezembro de 2021, não está a resolver o problema na sua globalidade.

Contudo, para que os beneficiários possam continuar a usufruir dos apoios sociais e benefícios fiscais é necessário um comprovativo de marcação de junta médica.

Ora, esse comprovativo, por razões várias, não está a ser fácil de obter, pelo que, a consequência é a perda de apoios e benefícios.

Mais,

Há pessoas que não conseguem sequer a marcação da primeira junta médica para que seja efetuada a avaliação das incapacidades, portanto, não tendo qualquer avaliação, não têm atestado. Em consequência, estão, há longos meses, totalmente desprotegidas deste importante apoio.

Assim, para o Partido Social Democrata a manutenção destes atrasos torna-se intolerável, e inaceitável. O Governo tem de ser capaz de resolver urgentemente esta situação, para que nenhuma pessoa fique para trás por falta de resposta.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, perguntam:

1. Tem a Sra. Ministra conhecimento de que persistem atrasos que impedem o acesso às prestações sociais?
2. Como e quando vai o Governo resolver o problema das pessoas que não estão a conseguir obter comprovativo da marcação de junta médica?
3. Como e quando vai o Governo resolver o problema das pessoas que não conseguem aceder ao atestado médico de incapacidade multiuso?

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

LINA LOPES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)